

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.173 - PA (2019/0355526-6)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : ROBSON DOUGLAS FIGUEIREDO LAGO DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ROBSON DOUGLAS FIGUEIREDO LAGO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará no julgamento do *Habeas Corpus* n. 0807486-75.2019.8.14.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi, em primeiro grau de jurisdição, condenado à pena de 18 anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal. Na oportunidade, a Juíza-presidente do Tribunal do Júri decretou a prisão preventiva (e-STJ fls. 24/26).

Irresignada com a falta de fundamentação no ato que decretou a prisão cautelar, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, que indeferiu a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 68/69):

*HABEAS CORPUS. ART. 121, §2º, INCISOS II E IV DO CPB. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. SUPOSTA ILEGALIDADE EM FACE DA AUSÊNCIA FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ALEGAÇÃO IMPROCEDENTE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.*

*1. Da leitura da r. sentença exarada pelo Juízo a quo, verifica-se que não há qualquer constrangimento ilegal na decisão que negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade, uma vez que, por ocasião de sua prolação, ainda persistiam os motivos ensejadores de sua permanência na prisão durante a instrução criminal, não só em face da garantia da ordem pública, pois presentes a gravidade concreta do delito, em razão do modus operandi e de sua natureza. Além disso, deve-se levar em conta a periculosidade real do paciente, pois, de acordo com a sentença condenatória e com a certidão de antecedentes criminais, ele respondeu a outros processos, possuindo, inclusive, condenação anterior transitada em julgado, o que*

*revela o risco de reiteração delitiva.*

2. *ORDEM DENEGADA à unanimidade, nos termos do voto da Desembargadora Relatora.*

Dáí o presente *habeas corpus*, no qual a defesa alega falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva.

Ressalta que (e-STJ fls. 89/90):

*Na origem, este processo o paciente estava por algum tempo preso preventivamente sim. Mas ocorreu que na data de 28/06/2018 não foi realizado o seu julgamento pelo Tribunal do Júri, que pela ausência de testemunhas o Ministério Público pediu pela revogação da prisão preventiva do réu. E o Juízo por sua vez, acolheu o Parquet e deferiu o pedido. E o paciente figurou na qualidade de solto por esta razão.*

*Posteriormente, em 03/09/2019, ao ser condenado pelo Tribunal do Júri o Juízo, sem nenhuma fundamentação, decretou novamente a prisão preventiva do paciente «Considerando a presente condenação ora imposta, sendo a aplicação da lei penal, um requisito autorizador da prisão preventiva, previsto no art. 312 do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do condenado ROBSON DOUGLAS FIGUEIREDO LAGO DOS SANTOS, NEGANDO-LHE, diante disto, O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE.*

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Esta Corte é firme na compreensão de que a prisão cautelar do réu é medida dotada de excepcionalidade, cabível apenas quando demonstrada, em decisão fundamentada, a premente necessidade do resguardo à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Confirmam-se:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. QUADRILHA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, toda custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

[...]

3. "Em hipóteses nas quais o acusado responde ao processo em liberdade, a Sexta Turma deste Superior Tribunal tem decidido que a decretação da prisão cautelar na sentença pressupõe a existência de fatos novos capazes de comprovar a imprescindibilidade do recolhimento ao cárcere" (RHC 60.565/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 26/08/2015).

[...]

5. Ordem concedida para que o paciente possa aguardar em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, ressalvada a possibilidade de decretação de nova prisão, ou de medidas cautelares alternativas, caso demonstrada a necessidade.

(HC 347.034/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 22/04/2016.)

*HABEAS CORPUS*. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar o réu, antes de transitada em julgado a condenação, deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (*periculum libertatis*), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

[...]

(HC 339.833/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016.)

Pois bem, no presente caso, o Magistrado de piso decretou a prisão preventiva do recorrente aos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 25/26):

*Pelo exposto e em razão da fundamentação acima, JULGO*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*PROCEDENTE a Denúncia oferecida pelo Ministério Público e CONDENO o réu ROBSON DOUGLAS FIGUEIREDO LAGO DOS SANTOS a pena de 18 (dezoito) anos de reclusão, pela prática do An. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal, que deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, e.vi do artigo 33, § 2º, letra "a" do Código Penal Brasileiro.*

*Pelo quantum de pena, incabível a substituição por pena restritiva de direitos e o sursis.*

*Considerando a presente condenação ora imposta, sendo a aplicação da lei penal, um requisito autorizador da prisão preventiva, previsto no an. 312 do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do condenado ROBSON DOUGLAS FIGUEIREDO LAGO DOS SANTOS, NEGANDO-LHE, diante disto, O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. (grifei)*

Vê-se, portanto, que, no que se refere ao *periculum libertatis*, não há nenhuma referência ao caso concreto, circunstância que denota, ao menos neste juízo perfunctório, a sua carência de fundamentação. Ademais, pelo que se extrai do teor da certidão de e-STJ fl. 94, ao tempo da prolação da sentença, o recorrente não se encontrava preso.

Dessa forma, em cognição horizontal e não exauriente, vislumbro ilegalidade no decreto construtivo, porquanto desprovido de fundamentação concreta acerca dos elementos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal.

Tal o contexto, **defiro a liminar para que o recorrente possa aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente recurso ordinário em *habeas corpus***, se por outro motivo não estiver preso.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator